



O Banco de Brasília não deixou de proporcionar ao Governo do Distrito Federal, em todas as oportunidades requeridas, a assistência financeira para financiar projetos.

DF-Brasília
021
Reportagem 0106

Vasco Ervilha
(Presidente do Banco de Brasília)

Banco vai gerar desenvolvimento

Acredito que, mesmo elegendo o Banco Regional de Brasília como agente financeiro repassador dos recursos, nesse momento ainda são arrecadados pelo Banco do Brasil já que inexiste o Banco de Desenvolvimento Regional. Há um projeto, salvo engano, do deputado Antônio de Jesus, trazido no Congresso, criando o Banco do Centro-Oeste. Eu acredito que um Banco Regional de Brasília poderia realmente, em termos da capital da República, dispor desses recursos.

E aqui vai uma sugestão nesse grande debate promovido pelo Jornal de Brasília. Uma sugestão para que, com esses recursos destinados ao Centro-Oeste, iniciemos, imediatamente — é a grande proposta que eu coloco aqui para discussão do presidente do Clube dos Pioneiros, para o Paulo Octávio, e para o presidente do Banco Regional de Brasília — a utilizar esses recursos, para um grande programa de geração de emprego e de renda.

Nós apontávamos aqui as imensas dificuldades, a absorção da mão-de-

obra trabalhadora aqui em Brasília. O deputado Paulo Octávio, no exercício da sua liderança política, não agüenta mais a demanda de 30 a 40 pessoas por dia reclamando exatamente emprego aqui no Distrito Federal.

Então nós teremos que promover, imediatamente, com esses recursos, um programa de geração de renda e de emprego. Naturalmente, é até imodesto destacar que ocupei interinamente a Presidência da República nos dias 27 e 28 de dezembro, quando ainda exercia a Presidência do Congresso e porque estava ausente o presidente da Câmara, que tem precedência sobre o presidente do Senado. O presidente Itamar viajara para o Uruguai e assumiu a Presidência da República. Nessa ocasião, não desperdicei o ensejo de tentar viabilizar aquilo que estou sugerindo agora em relação ao Centro-Oeste e o fiz em relação ao Nordeste.

Através do Banco do Nordeste busquei consignar recursos, ainda que tímidos, reconheço, do Fundo Constitucional do Nordeste, representando, naquela ocasião, US\$ 100 milhões e

mais US\$ 50 milhões a fundo perdido. Assim, vou cobrar do Governo do Distrito Federal, tão logo o orçamento seja sancionado pelo senhor presidente da República, a destinação desses recursos ao BNB, para que, com isso, sejam atendidos também as exigências daquela região, relacionadas com emprego e com renda.

E, hoje, há necessidade exatamente de se estimular problemas relacionados à renda e se garantir novas oportunidades de emprego para milhares de trabalhadores que aqui continuam subempregados ou sem nenhum emprego. Teríamos, então, o Fundo Constitucional, repassado pelo Banco Regional de Brasília, que seria eleito para essa finalidade, dentre as outras que ele vem cumprindo até hoje. E, nós, cumpriremos esta tarefa, pois acredito que o banco tem estrutura, tem quadros qualificados para realizar esse grande trabalho.

E o Banco do Brasil, até a existência do Banco do Centro-Oeste, se dispensaria dessa tarefa, levando em conta que os seus encargos são múltiplos,

são polivalentes, e o próprio banco, na sua estrutura imensa, não teria condições de realizar com eficácia esse trabalho que eu agora proponho para Brasília, e que seria através do Banco Regional de Brasília com recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste.

Eu coloco em debate, primeiramente com o deputado Paulo Octávio, essa proposta do senador Mauro Benevides, do programa de geração de emprego. Temos hoje em Brasília 127.800 desempregados. Paulo Octávio, como é que o senhor vê essa proposta do senador e como viabilizar isso?

Paulo Octávio (deputado) — Em primeiro lugar, quando a gente analisa o programa econômico de Brasília, vemos que, apesar das dificuldades, tem um dos maiores PIB do Brasil. Brasília tem um PIB de quase US\$ 8 bilhões/ano, o que é superior a alguns países da América Latina.

Nós também, aqui em Brasília, contribuímos para a União com quase US\$ 2 bilhões de impostos por ano. E isto é feito porque aqui é quase impossível a sonegação de impostos. Por quê? Porque grande parte da contribuição através de impostos é descontada na fonte. São os funcionários que não têm como sonegar os impostos e pagam diretamente na fonte.

Então Brasília, hoje, contribui com quase US\$ 2 bilhões e recebe em contrapartida da União, depois desse sacrifício todo na luta pela orçamento, alguma coisa em termos, esse ano, de US\$ 500 milhões. Então está havendo uma diferença muito grande.

Se Brasília conseguisse, realmente, ter uma participação efetiva pelo menos igual ao que paga de impostos, eu diria que nós estaríamos, aí, gerando quase US\$ 1,3 bilhão de receita para a cidade, de investimentos.

Por outro lado, tive o prazer de participar de um almoço, ontem, com o presidente do Banco do Brasil, e ele me contou que ficou perplexo ao observar que o Banco em Brasília tem um dos mais elevados saldos em depósitos, e uma das piores aplicações em todo o País. Prometeu, numa reunião na Federação do Comércio, a aplicação imediata em Brasília de quase Cr\$ 800 bilhões. É importante notar que a sensibilidade de um presidente de um Banco do Brasil, que por sorte nossa mora em Brasília, conhece os problemas locais e se compromete a investir Cr\$ 800 bilhões imediatamente. Ele sentiu que o banco estava devendo uma grande contribuição à cidade.

E eu pergunto mais: numa área sensível como a da construção civil, que pode empregar centenas de pessoas imediatamente, o que nós esta-

Dinheiro tem de ser gasto aqui

mos defrontando? Estão aí todos os bancos privados arrecadando enormes quantias de dinheiro em Brasília e não estão investindo um centavo na nossa capital.

Hoje, se corremos aqui por todo o Estado, vamos encontrar pouquíssimas placas de recursos provenientes de grandes bancos que fazem aqui uma captação elevada de poupança, muitas vezes superior à da Caixa Econômica Federal.

Outro problema: nós temos que, rapidamente, resolver esse problema de terras em Brasília. Muitas vezes os produtores rurais que podem gerar centenas de empregos, centenas de milhares de empregos não o fazem, porque não conseguem ter a titulação de suas terras para dar garantia aos financiamentos necessários junto aos bancos oficiais.

Portanto, nós temos várias e várias oportunidades, temos as dificuldades de localização de empresas. Com o crescimento da cidade, Brasília ficou devendo muito em setores industriais, em setores comerciais. Hoje muitas empresas funcionam irregularmente.

E logicamente que não poderia deixar de abordar um tema, que eu tenho tocado muito, para finalizar, só o reaquecimento econômico.

Na minha opinião, o reaquecimento de Brasília, e não só de Brasília, mas de todo o Brasil, vem sim, quando nós conseguirmos aí aprovar uma forma de tributação que não seja o imposto declaratório, mas sim através do imposto único, de que sou defensor com o substitutivo do nosso colega Ponte, no qual eu sinto que, a partir desse momento, a partir da aprovação de uma nova reforma fiscal no País, aí sim, Brasília deve expandir como outras capitais, porque aí serão centenas e centenas de empresas que nascerão sem o medo do brasileiro de abrir uma nova entidade, uma nova empresa, porque se sente ameaçado pela dificuldade, hoje em dia, de poder contribuir e estar em dia com os seus encargos.

Nós temos só mais 15 minutos de programa. Eu gostaria, então, de pedir mais uma vez que os senhores sejam breves e perguntar ao dr. Gentili: geração de empregos passa pela industrialização. Como é que os pioneiros vêm a industrialização de Brasília?

— É interessante relembrar neste momento as palavras do fundador dessa cidade, Juscelino Kubitschek, ao chamar o homem que projetou, Oscar Niemeyer. Naquela ocasião Juscelino dizia a Niemeyer que ele não queria só uma cidade moderna, ele queria também uma cidade para o futuro. E verificamos que Brasília, nesse dimensionamento, foi estratificada, foi desenhada, foi projetada para ser a capital



Bancos arrecadam, mas não aplicam o dinheiro na capital

de todos os brasileiros e ser a capital do papel, ou seja, de natureza administrativa.

A industrialização não era uma palavra que passava pela mente daqueles que projetaram Brasília. Entretanto Brasília extrapolou todos os limites para as quais fora concebida e, hoje, a realidade aí está, como disse com muita oportunidade o nosso deputado Paulo Octávio, que temos cerca de 120.000 desempregados em região periférica, e que devemos atender porque Brasília, hoje, já se torna um caldeirão de pressão, de pressão aos administradores.

E eu acredito que a industrialização, ou seja, a fixação, a reformulação do projeto de Brasília para criar condições de trabalho, para que haja condições para que os nossos filhos não deixem o Brasil, não deixem a capital da esperança e vão morar em Roma, vão morar em Nova Iorque, vão morar em países de Primeiro Mundo. Nós temos é que criar condições para que os nos-

sos filhos, os nossos pósteros tenham orgulho de nós e venham aqui desenvolver o seu trabalho e o seu talento.

Muito obrigado, dr. Gentili.

Eu agora perguntaria ao dr. Vasco Ervilha:

Com o corte dos repasses da União, o problema do desemprego, o Banco de Brasília está preparado para oferecer a infra-estrutura que está faltando, se nós não temos verba da União, não temos emprego, não temos industrialização, como é que o Banco de Brasília pode colaborar para gerar empregos?

— O Banco de Brasília tem que obedecer às leis que são um pouco rígidas em cima dos bancos oficiais. E o Banco Central exerce uma fiscalização constante em cima dos bancos oficiais e tem procurado restringir a ação quando elas se prendem aos interesses dos governos, seus acionistas majoritários.

Havia, até o final de 90, uma recomendação do Banco Central, parece que era uma Resolução do Banco Central, que contornava a lei das S.A. em relação aos bancos estaduais e permitia que eles financiassem aqueles projetos mais necessários, destinados a atender a necessidade principalmente da comunidade, como transporte, água, energia elétrica, etc.

E o Banco de Brasília não deixou de proporcionar ao Governo do Distrito Federal, em todas as oportunidades requeridas, a assistência financeira para esse fim.

Atingiu um determinado limite — e daí havia, naquela época em que o Banco Central ainda permitia o financiamento — e procurava a excepcionalidade junto ao Conselho Monetário Nacional e o Banco Central, conseguia e finanziava.

De repente o Banco Central cortou aquela chamada Resolução que contornava a lei das S.A. e proibiu que os bancos fizessem financiamento diretamente para as empresas ou para o governo.

Mas o Banco de Brasília tem condições de alavancar muito o desenvolvimento do Distrito Federal num setor. E aí é aquele pedido que eu anunciei no início, nesta oportunidade, para fazer à população de Brasília. A população de Brasília, dando preferência ao BRB, vai criar condições de emprego, porque o BRB financia, aqui mesmo, as construções destinadas à moradia, e agora o Governo do Distrito Federal está interessadíssimo em proporcionar moradia à classe média. E compete ao BRB prover esses recursos.

Esses recursos são os da caderneta de poupança os mais adequados. Dificilmente poderiam haver condições de uma captação, no mercado, com remuneração para aplicar na construção de apartamentos e casas. Então nós precisamos do povo de Brasília, apoio na nossa caderneta de poupança.

Muito obrigado, dr. Vasco Ervilha.

Eu gostaria agora de colocar em debate para os quatro debatedores o problema da segurança em Brasília e dos impostos de embaixadas e órgãos públicos que não pagam e que poderiam pagar. A opinião primeiramente do senador Mauro Benevides e depois dos demais debatedores, que promoverão um debate a respeito desse tema.

— Em relação ao problema de impostos, pagos ou não pagos pelas embaixadas, isso se insere num contexto de reciprocidade. Se as representações diplomáticas do País no exterior também são isentas do pagamento desses impostos, evidentemente que terá que haver uma contraprestação do Brasil isentando as embaixadas desse pagamento.

BRB deve ter maior preferência

A não ser que se busquem outras alternativas, que nesse exato momento nós não teríamos condições de discutir, e isso envolve realmente a própria política externa do País. Nós teríamos que saber se, de fato, o que se promove ou que se processa aqui representa uma reciprocidade do nosso País às outras nações com as quais mantemos vínculo.

Então se a embaixada do Brasil em Roma, em Paris, em Washington, enfim, se essas representações gozam de imunidade tributária é evidente que nós não poderíamos dar aqui um tratamento diferenciado daquele que integra realmente um convênio internacional entre as nações que se representam mutuamente. Daí porque eu acho que isso seria praticamente incontornável. A não ser que se criassem outras modalidades de tributar, que poderiam ser entendidas pelas nações com as quais mantemos essa aproximação como um engodo ou um artifício para se buscarem recursos ao nosso País.

Acho, portanto, que nós estamos diante de um fato inuperável e talvez fosse melhor que buscássemos outras alternativas que garantissem a Brasília a sustentação financeira, tributária de que ela necessita.

Agora, e apenas alcançando uma intervenção do presidente do BRB em relação às dificuldades do Banco Central na fiscalização dos bancos estatais, e até mesmo resoluções que a seu juízo podem ter prejudicado aqui em Brasília e a própria região Centro-Oeste, eu acho que esse banco que ainda não se constituiu mas que está prestes a se constituir, pode lutar para conseguir um representante seu no Conselho Monetário Nacional. Se as outras duas regiões se representam no Conselho Monetário Nacional através do BNB e do BASA, também esse banco prestes a ser criado poderia ter assento no Conselho Monetário Nacional e aí influir na fixação de políticas de créditos, que nesse caso, em linhas específicas, poderiam favorecer o Distrito Federal.

Fica aqui a sugestão feita nesse instante a um dos mais atuantes parlamentares de Brasília, que é o deputado Paulo Octávio. Aos meus companheiros de Senado, Meira Filho, Walmir Campelo e Pedro Teixeira, para que numa ação uniforme altere a composição do Conselho Monetário Nacional — essa composição sofre, vez por outra, alterações como recentemente ocorreu — e insiram um representante desta região para que ele, ali, conhecendo as peculiaridades regionais, possa propor linhas de crédito que favoreçam a capital da República.

Muito obrigado, senador.
Nós estamos em cima do horá-



Dinamizar o turismo em Brasília foi uma das alternativas indicadas para gerar empregos

rio. Eu gostaria que rapidamente o deputado Paulo Octávio desse continuidade para encerrar, e depois, então, o doutor Gentili e doutor Vasco Ervilha. Nossa tempo está quase no limite.

— Em relação aos recursos do DF mais uma vez eu tenho que declarar que eu sinto que a nossa tecnocracia brasileira ainda vê Brasília com maus olhos. Eu pude constatar isso quando tentei revogar o decreto do ministro Marcílio, o 323, que penalizava Brasília com um corte progressivo de verbas e encontrei as maiores dificuldades, mesmo num momento crucial no final do ano passado porque os tecnocratas en-

tendiam que Brasília tem um nível de vida acima das outras capitais brasileiras.

É porque muitas vezes eles se concentram no Plano Piloto e não conhecem os nossos problemas nas cidades-satélites.

Em relação aos impostos eu quero chamar a atenção que é importante também que algumas entidades em Brasília paguem impostos, como é o caso da nossa própria UnB. A UnB tem mais de 100 terrenos no Plano Piloto, 100 terrenos que estão parados, esses não geram nenhuma receita para a UnB, e ela não contribui com nenhum imposto aos cofres

do Distrito Federal.

Acho que as embaixadas, como bem disse o senador, não devem contribuir. Afinal de contas esta é uma função da capital e justamente por isso que Brasília deve ter essa participação num fundo, num fundo especial do Distrito Federal, que vamos lutar para a sua efetiva consagração agora na revisão constitucional deste ano.

Muito obrigado, deputado.
Dr. José Carlos Gentili.

— Eu gostaria de registrar que o Clube dos Pioneiros entende, inicialmente, que as embaixadas merecem toda a reciprocidade que lhe é devida. Quanto à cobrança de impostos em torno das embaixadas, isto é um problema já, creio eu, ultrapassado. Entretanto deve-se estar sempre atento que o problema dos recursos passam pelo crivo da fixação de uma reforma fiscal nacional, onde o imposto único é a solução para todos os brasileiros.

Obrigado, dr. José Carlos Gentili. E vamos então ao dr. Vasco Ervilha para as considerações finais.

— Quanto ao território, Brasília com um território pequeno tem uma participação, a menor de todas na distribuição dos fundos de participação — tanto o estadual quanto o municipal. Quanto à população, que também é pequena, Brasília tem a menor contribuição em relação aos outros estados. E a renda per capita do brasiliense é grande. Mas aí a questão se inverte. Quanto menor fosse a renda per capita, maior seria a participação nos fundos de desenvolvimento.



Ervilha e Paulo Octávio pediram apoio da população à poupança